26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ISSN 2177-3688

GT 7 – Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia & Inovação

COMUNICAÇÃO ACADÊMICA INCLUSIVA: O PAPEL DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

INCLUSIVE SCHOLARLY COMMUNICATION*: THE ROLE OF UNIVERSITY LIBRARIES*

Ana Paula Lima dos Santos – Universidade Federal Fluminense (UFF)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: A comunicação científica inclusiva constitui um desafio contemporâneo diante da ampliação do acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior. Apesar dos avanços das políticas de inclusão e da Ciência Aberta, ainda persistem barreiras comunicacionais e informacionais que limitam o acesso equitativo ao conhecimento científico. O objetivo da pesquisa é discutir a contribuição das bibliotecas universitárias para a promoção da acessibilidade na comunicação científica. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e análise documental de normas de acessibilidade e de normas aplicadas à comunicação científica, considerando seus diferentes objetos e finalidades. Os resultados evidenciam a necessidade de maior articulação entre as diretrizes de acessibilidade e as normas acadêmicas de normalização documental, demonstrando a importância da incorporação transversal da acessibilidade aos processos de produção e disseminação do conhecimento. Conclui-se que as bibliotecas universitárias podem atuar como agentes estratégicos na promoção de práticas inclusivas, contribuindo para a democratização do conhecimento e a efetivação do direito à informação.
Palavras-chave: acessibilidade comunicacional; comunicação científica; bibliotecas universitárias; regime de informação.

Abstract: Inclusive scholarly communication has become a contemporary challenge due to the increasing participation of persons with disabilities in higher education. Despite advances in inclusion policies and the Open Science movement, communicational and informational barriers still limit equitable access to scientific knowledge. This study aims to discuss the contribution of academic libraries to the promotion of accessibility in scholarly communication. It is a qualitative, exploratory, and descriptive study based on a literature review and documentary analysis of accessibility standards and standards applied to scholarly

communication, considering their different purposes and scopes. The results highlight the need for greater integration between accessibility guidelines and academic standards for document preparation, demonstrating the importance of mainstreaming accessibility throughout the processes of knowledge production and dissemination. It is concluded that academic libraries can act as strategic agents in promoting inclusive practices, contributing to the democratization of knowledge and the effective realization of the right to information.
Keywords: communicational accessibility; scholarly communication; academic libraries; information regime.

1 INTRODUÇÃO

A comunicação científica inclusiva constitui uma discussão cada vez mais necessária no contexto acadêmico contemporâneo. O aumento do ingresso de estudantes com deficiência no ensino superior, impulsionado por políticas de ação afirmativa, programas de inclusão e pela ampliação dos direitos sociais, evidencia a necessidade de que as instituições garantam o acesso a esse público e também promovam condições efetivas de permanência e participação em todas as dimensões da vida universitária, incluindo a produção, circulação e apropriação do conhecimento científico (Santos, 2024; INEP, 2024).

Em uma sociedade global em rede, marcada por profundas assimetrias informacionais e tecnológicas, a acessibilidade da comunicação científica torna-se condição fundamental para garantir a participação equitativa de todos os sujeitos nos processos de produção, circulação e apropriação do conhecimento.

A acessibilidade compreende diferentes dimensões, entre elas a arquitetônica, comunicacional, atitudinal, metodológica e instrumental, que devem atuar de forma integrada para assegurar a inclusão plena (Brasil, 2015). No âmbito da comunicação científica, entretanto, ainda são recorrentes barreiras que dificultam ou impedem o acesso de pessoas com deficiência à informação científica. Artigos sem descrição textual de imagens, gráficos e tabelas; documentos incompatíveis com leitores de tela; inadequação de fontes e contrastes; ausência de recursos de audiodescrição, legendagem e tradução em Libras são exemplos de obstáculos que comprometem o acesso equitativo ao conhecimento (Santos, 2024).

Nesse cenário, torna-se urgente discutir a acessibilidade como um princípio estruturante da comunicação científica. As bibliotecas universitárias podem desempenhar papel estratégico nesse processo, atuando como agentes de transformação de um regime de informação historicamente construído sem considerar as demandas de acessibilidade. Assim, nos questionamos como as bibliotecas universitárias podem contribuir para a promoção da acessibilidade na comunicação científica? O objetivo desta comunicação é discutir a

contribuição das bibliotecas universitárias para a promoção da acessibilidade na comunicação científica, considerando sua atuação em políticas, serviços e práticas voltadas à inclusão de pessoas com deficiência.

Entre suas contribuições destacam-se a elaboração de políticas de informação inclusivas, a inserção de diretrizes de acessibilidade em repositórios institucionais, a revisão de políticas de catalogação e indexação para contemplar materiais acessíveis, a descrição adequada de recursos informacionais e a promoção de ações formativas voltadas à produção de documentos científicos acessíveis. Dessa forma, as bibliotecas reafirmam sua função social ao contribuir para uma comunicação científica mais democrática, inclusiva e alinhada aos princípios da equidade e do direito à informação.

2 ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL

Conforme a Lei Brasileira de Inclusão, n.º 13.146/2015 (Brasil, 2015), considera-se pessoa com deficiência aquela que possui impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Essa definição desloca a compreensão da deficiência de uma perspectiva estritamente biomédica para uma abordagem social, na qual as limitações não decorrem apenas das características individuais, mas também das barreiras impostas pelo ambiente físico, social, comunicacional e informacional.

Nessa perspectiva, a falta de acessibilidade passa a ser entendida como resultado das ações humanas e das estruturas historicamente construídas que restringem a participação social de determinados grupos. Assim, promover a inclusão implica identificar e eliminar essas barreiras, assegurando condições para que as pessoas com deficiência exerçam plenamente seus direitos e participem da vida em sociedade com autonomia, segurança e igualdade de oportunidades.

A acessibilidade pode ser compreendida como a possibilidade e condição de alcance, percepção, compreensão e utilização, com segurança e autonomia, de espaços, edificações, transportes, mobiliários, serviços, informações e sistemas de comunicação, incluindo suas tecnologias. Seu objetivo é garantir que todas as pessoas, independentemente de suas características ou condições funcionais, possam acessar e utilizar recursos e serviços de forma

equitativa. Para isso, recomenda-se a adoção do princípio da comunicação multissensorial, contemplando diferentes formas de percepção, como os sentidos visual, auditivo e tátil.

Nesse contexto, a comunicação assume papel central no processo de inclusão. Ela engloba diferentes formas de expressão e interação humana, incluindo as línguas orais, a Língua Brasileira de Sinais (Libras), o sistema Braille, a comunicação tátil, os caracteres ampliados, a linguagem simples, os dispositivos multimídia, os recursos de tecnologia assistiva e os meios digitais de comunicação. Entretanto, pessoas com deficiência visual, auditiva, surdas ou surdocegas ainda enfrentam inúmeras barreiras no acesso à informação e ao conhecimento, especialmente em ambientes educacionais, científicos e digitais. Tais obstáculos evidenciam a necessidade de desenvolver práticas de acessibilidade comunicacional que assegurem não apenas o acesso à informação, mas também a participação ativa desses sujeitos nos processos de produção, circulação e apropriação do conhecimento.

As normas analisadas possuem objetivos, escopos e contextos de elaboração e atualização distintos, aspecto que precisa ser considerado nesta discussão. A NBR 9050/2021, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), tem como objeto a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, incorporando também parâmetros relacionados à comunicação e à sinalização. Por outro lado, as normas da área de Informação e Documentação possuem finalidades específicas: a ABNT NBR 6022/2018 estabelece princípios para apresentação de artigos em publicações periódicas técnicas e/ou científicas; a ABNT NBR 6023/2025 orienta a elaboração de referências; e a ABNT NBR 14724/2024 trata da apresentação de trabalhos acadêmicos.

Assim, a ausência de requisitos específicos de acessibilidade nessas normas não deve ser compreendida isoladamente como inadequação, considerando que possuem objetos e finalidades distintos. Entretanto, suas versões e atualizações mais recentes inserem-se em um contexto marcado pela ampliação da produção, circulação e acesso digital à informação científica, tornando pertinente discutir a articulação entre normalização documental e acessibilidade. Mais do que uma oposição entre normas, identifica-se, portanto, o desafio de incorporar a acessibilidade como princípio transversal aos processos de produção e comunicação científica.

Nesse contexto, determinadas práticas tradicionalmente utilizadas na produção acadêmica podem ser analisadas à luz da acessibilidade. Recursos tipográficos e formas de

apresentação de conteúdos visuais, por exemplo, embora atendam às convenções de normalização e apresentação documental, podem apresentar limitações de legibilidade e acesso para determinados usuários. A questão desloca-se, assim, da existência de uma suposta incompatibilidade entre normas para a necessidade de articulação entre seus diferentes campos de aplicação.

Essa articulação remete também ao processo de elaboração das normas técnicas. No âmbito da ABNT, a elaboração das Normas Brasileiras ocorre por meio de Comissões de Estudo, constituídas com a participação das partes interessadas no tema objeto da normalização (ABNT, 2026). Esse processo evidencia a importância da participação dos profissionais da informação nas diferentes comissões, independentemente dos ambientes profissionais em que atuem. Sua experiência com produção, organização, representação, preservação, disseminação e acesso à informação pode contribuir para ampliar o diálogo entre normalização, comunicação científica, acessibilidade e necessidades dos usuários.

Paralelamente, a acessibilidade informacional e digital vem adquirindo espaço nas discussões da Ciência da Informação, incluindo estudos relacionados às tecnologias assistivas e à acessibilidade de ambientes informacionais digitais (Silva; Rocha; Tolentino, 2025). Essa preocupação também se manifesta na consolidação de padrões técnicos voltados à criação de páginas e conteúdos web acessíveis, como a ABNT NBR 17225/2025. Esse movimento demonstra que a acessibilidade já integra as discussões do campo, embora sua incorporação aos diferentes processos da comunicação científica ainda apresente desafios.

Nesse debate, é importante distinguir, embora sejam interdependentes, o processo de produção e o processo de acesso à comunicação científica. As tecnologias assistivas ampliam as possibilidades de acesso, mas sua efetividade também depende das condições de acessibilidade incorporadas aos documentos e ambientes desde sua criação. Leitores de tela, por exemplo, não eliminam barreiras decorrentes de imagens sem descrição textual ou documentos sem estrutura adequada. O desafio não se restringe, portanto, ao desenvolvimento de tecnologias para o acesso, mas envolve incorporar padrões de acessibilidade à criação, normalização, publicação e disseminação da produção científica.

3 BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

As bibliotecas universitárias (BU), na perspectiva do conceito de regime de informação, podem ser consideradas como instituições comunicativas, cuja missão é promover a

acessibilidade comunicativa e informacional para um grupo local: a comunidade acadêmica. Elas não só organizam, preservam e disseminam o conhecimento sistematizado que está sob sua custódia, como também são produtoras de informação e conhecimento, registrados em seus sistemas infodocumentários como catálogos *online*, repositórios digitais*,* etc*.* Mais precisamente, podemos dizer que as BU produzem informação sobre as informações, interdocumentos sobre todas as mediações e inscrições que armazenam, documentos manuscritos, impressos, artefatos e coleções; informações cadastrais e referenciais, assim como participam das formas estabelecidas de validação e credenciamento da produção do conhecimento (González de Gómez, 2011). Significa dizer que

> As bibliotecas universitárias são [...] parte das expectativas e possibilidades da construção dos espaços comuns do conhecimento, aliando as potencialidades das tecnologias de informação com as energias reflexivas e produtivas de seus processos infocomunicacionais, como sua contribuição para tornar permeáveis e interativas as esferas públicas internas dos campos disciplinares e as esferas práticas e instrumentais das complexas sociedades contemporâneas (González de Gómez, 2011, p. 240).

A BU é orgânica e administrativamente ligada à instituição universitária, servindo-a no atendimento das necessidades de grupos sociais e da comunidade. Partindo dessa premissa, podemos entendê-las como agências sociais estruturadas para servir a sociedade, atuando como mediadoras, por meio de seus serviços, no processo de busca e acesso à informação e ao conhecimento.

O conhecimento, por ser um ato dinâmico, crítico e transformador, exige que a BU se desenvolva como um "centro de aprendizagem dinâmico e participativo", cujas ações não se restrinjam à conservação e à organização do acervo, mas ampliem-se em direção à sua disseminação e difusão junto à comunidade acadêmica, a quem devem se apresentar como as protagonistas, por gerirem informações que registram o conhecimento (Alcântara; Bernardino, 2012, p. 3). Mas, para isso, precisam de investimento em recursos materiais e humanos.

Nota-se que, sob o atual regime de informação, há uma tendência de o conhecimento gerado nos espaços organizacionais, inclusive os acadêmicos, transformar-se em commodities, isto é, bens dotados de valor econômico e estratégico em um mercado cada vez mais orientado pela lógica da competitividade e da produtividade.

Essa lógica também se manifesta nos processos de produção e comunicação do conhecimento científico. Historicamente, a comunicação científica foi estruturada a partir de

critérios de padronização, prestígio e apresentação estética dos documentos, aspectos que contribuíram para a consolidação de modelos editoriais amplamente aceitos pela comunidade acadêmica. Nesse contexto, elementos como a adoção de determinadas fontes tipográficas, recursos gráficos e padrões de formatação passaram a ser valorizados como indicadores de qualidade e rigor científico.

Entretanto, nem sempre essas escolhas dialogam com os princípios da acessibilidade e do desenho universal. A ampla utilização de fontes tradicionais, como a Times New Roman, e de recursos como o itálico, por exemplo, atende a convenções historicamente estabelecidas pela comunicação acadêmica, mas pode apresentar limitações quanto à legibilidade para determinados grupos de usuários. Dessa forma, observa-se uma tensão entre a busca pela padronização documental e a necessidade de promover uma comunicação científica efetivamente acessível e inclusiva.

No campo acadêmico, as reformas neoliberais, iniciadas no final da década de 1980, deram ênfase à profissionalização e à utilidade da pesquisa, transformando a universidade brasileira em uma universidade “de resultados” e “operacional”. Chauí (2001, p. 190) explica porque usou essa classificação: “[...] enquanto a universidade de resultados estava voltada para as empresas; a universidade operacional, por ser uma organização, está voltada para si mesma como estrutura de gestão e de arbitragem de contratos”.

Essas transformações na função social da universidade brasileira trouxeram mudanças estruturais, como o crescimento de áreas da Ciência e Tecnologia, e Medicina, cujas pesquisas têm, tradicionalmente, uma ligação com a indústria, despertando o interesse das empresas. No entanto, as áreas de Humanidades e as Ciências Sociais, que estão mais distantes do mercado, incluídas as bibliotecas, ficam notadamente em desvantagem na alocação de recursos que possibilitem seus avanços como ciência (Cunha, 2000).

Para Silva (2018), o que se observa nesse cenário é o exercício de uma visão neoliberal do ensino superior, cujo ensino é visto como produto/serviço no território mercantil (estando na lista da Organização Mundial do Comércio), levando a uma anulação da concepção da educação como um bem público.

As análises do autor vão ao encontro da discussão de Goergen (2002) sobre o afastamento da universidade de sua responsabilidade social e as dificuldades de se fazer a crítica ao sentido instrumental e útil do conhecimento, face aos resultados e vantagens

imediatas (produtividade e empregos) que proporcionam para empresas e indivíduos. Essas vantagens

> [...] ofuscam efeitos perversos como o exercício do poder, da dominação, que emergem da exploração do conhecimento por parte daqueles que dele se apropriam e, explorando consequentemente seu potencial utilitarista, geram domínio, dependência, exclusão e destruição (Goergen, 2002, p.12).

Dado isto, explica-se a cultura organizacional que exclui as bibliotecas dos planos de gestão e desenvolvimento das universidades. Na visão equivocada do gestor, a biblioteca só serve para dar suporte ao ensino, pesquisa e extensão, não sendo vista como uma instituição necessária e imprescindível ao funcionamento e desenvolvimento da universidade e da sociedade em geral.

Nesse contexto, as bibliotecas universitárias podem e devem assumir um papel protagonista na promoção da acessibilidade na comunicação científica, por meio da formulação e implementação de políticas institucionais inclusivas. Conforme evidenciado por Santos (2025), embora as bibliotecas universitárias desempenhem papel estratégico na mediação e disseminação da informação científica, ainda existem lacunas importantes na incorporação da acessibilidade em instrumentos fundamentais de gestão da informação, como as políticas de catalogação, indexação, desenvolvimento de coleções e gestão de repositórios institucionais.

A discussão sobre acessibilidade na comunicação científica exige, ainda, uma revisão crítica de práticas consolidadas no mercado editorial e acadêmico. Em muitos casos, aspectos estéticos e visuais são priorizados em detrimento da usabilidade e do acesso universal à informação. A utilização de fontes inadequadas, contrastes insuficientes, imagens sem descrição textual e documentos incompatíveis com tecnologias assistivas são exemplos de escolhas que podem comprometer o acesso de pessoas com deficiência ao conhecimento científico (Santos, 2024).

Dessa forma, torna-se necessário repensar o regime de informação que historicamente estruturou a produção, organização e disseminação da ciência, frequentemente sem considerar a acessibilidade como um princípio orientador. As bibliotecas universitárias possuem potencial para atuar como agentes de transformação desse cenário, promovendo políticas de informação inclusivas, incentivando a adoção de boas práticas de acessibilidade na produção científica e contribuindo para a construção de uma comunicação científica mais democrática, equitativa e socialmente comprometida.

Nesse processo, a atuação das bibliotecas universitárias pode ocorrer em diferentes etapas da comunicação científica, não se restringindo à disponibilização do produto final. No processo de produção, podem desenvolver ações de orientação e capacitação para pesquisadores, docentes e discentes quanto à elaboração de documentos acessíveis, incluindo o uso adequado de estilos e estruturas, descrição de imagens, legibilidade e compatibilidade com tecnologias assistivas (Santos, 2024). Na publicação e disseminação, podem incorporar critérios de acessibilidade aos repositórios institucionais e às políticas de informação, além de orientar a produção e o depósito de documentos em formatos acessíveis (Santos, 2025). Dessa forma, a biblioteca amplia sua atuação da mediação do acesso à informação para a promoção de condições de acessibilidade desde a produção da comunicação científica.

Se a ciência aberta defende o acesso ao conhecimento, a acessibilidade deve ser compreendida não como um recurso complementar, mas como condição indispensável para que esse acesso seja efetivamente universal.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, uma vez que busca compreender as relações entre acessibilidade, comunicação científica e o papel das bibliotecas universitárias na promoção do acesso inclusivo ao conhecimento científico (Gil, 2017).

Quanto aos procedimentos metodológicos, realizou-se uma revisão bibliográfica da literatura sobre acessibilidade comunicacional, comunicação científica, bibliotecas universitárias e regime de informação, buscando identificar contribuições teóricas que fundamentam a discussão proposta. Foram consultados livros, artigos científicos, legislações e normas técnicas relacionadas à temática, com destaque para a Lei Brasileira de Inclusão de n.º 13.146/2015 (Brasil, 2015), a ABNT NBR 9050/2021 e normas aplicadas à comunicação científica, como a ABNT NBR 6023/2025, ABNT NBR 6022/2018 e a ABNT NBR 14724/2024.

Complementarmente, realizou-se análise documental das normas de acessibilidade e de normalização acadêmica, considerando seus diferentes objetos e finalidades, a fim de identificar possibilidades de articulação relacionadas à acessibilidade comunicacional na produção científica. Foram analisados aspectos relacionados à legibilidade, utilização de

recursos tipográficos, acessibilidade de imagens, compatibilidade com tecnologias assistivas e orientações para o acesso à informação por pessoas com deficiência.

Como forma de ilustrar os desafios da acessibilidade na comunicação científica, também foram utilizados resultados de pesquisas anteriores desenvolvidas por Santos (2024; Santos, 2025) sobre acessibilidade em bibliotecas universitárias e repositórios institucionais, especificamente no que se refere à identificação de barreiras comunicacionais e informacionais em ambientes digitais de informação. Esses resultados foram empregados como exemplos empíricos para subsidiar a discussão sobre o papel das bibliotecas universitárias na construção de práticas mais inclusivas de produção, organização e disseminação do conhecimento.

Os dados obtidos foram analisados à luz do conceito de regime de informação, buscando compreender de que maneira as estruturas normativas, institucionais e tecnológicas da comunicação científica podem favorecer ou restringir a participação de pessoas com deficiência nos processos de produção, circulação e apropriação do conhecimento científico.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir apresentamos um quadro relacionando as questões de acessibilidade entre a NBR 9050/2021 e as normas acadêmicas.

Quadro 1 - Acessibilidade e normalização da comunicação científica: comparativo

Aspecto	NBR 9050/2021	NBR 14724/2024	NBR 6023/2025	NBR 6022/2018
Legibilidade	Sim	Não especificado	Não especificado	Não especificado
Recomendações de fontes inclusivas	Sim	Não especificado	Não especificado	Não especificado
Orientações sobre contraste	Sim	Não especificado	Não especificado	Não especificado
Audiodescrição de imagens	Indiretamente	Não especificado	Não especificado	Não especificado
Compatibilidade com Tecnologias Assistivas	Sim	Não especificado	Não especificado	Não especificado
Uso de itálico	Sim	Aceita	Aceita	Aceita

Linguagem simples	Sim	Não especificado	Não especificado	Não especificado

Fonte: elaboração própria (2026).

Observa-se que as normas analisadas possuem objetos e finalidades distintos: enquanto as normas de Informação e Documentação estabelecem parâmetros relacionados à apresentação e normalização dos documentos, a norma de acessibilidade incorpora requisitos relacionados à percepção, legibilidade e compreensão da informação. A questão não reside, portanto, na ausência desses requisitos em normas de escopo específico, mas na necessidade de maior articulação entre os diferentes instrumentos normativos, de modo que a acessibilidade seja considerada transversalmente nos processos de produção, normalização, publicação e acesso à comunicação científica.

A partir dessa articulação, é possível identificar características tradicionalmente presentes na comunicação científica e práticas que favorecem uma comunicação científica mais acessível, conforme apresentado no quadro a seguir:

Quadro 2 - Comunicação científica tradicional e Comunicação científica inclusiva

Elemento	Comunicação científica tradicional	Comunicação científica inclusiva
Imagens	Sem descrição	Texto alternativo
Gráficos	Apenas visual	Descrição textual (audiodescrição)
Vídeos	Sem legendas	Legenda e Libras
PDF	Digitalizados	Estruturados e compatíveis com OCR
Repositórios	Foco em armazenamento	Acesso universal
Metadados	Descritivos	Descritivos e de acessibilidade

Fonte: elaboração própria (2026) baseado nos estudos de Santos (2024).

A existência de instrumentos normativos com objetos e finalidades específicos evidencia a necessidade de articulação entre normalização documental e acessibilidade. Esta última não deve ser compreendida apenas como requisito complementar ou adaptação posterior, mas como princípio transversal às práticas de produção, organização, publicação, disseminação e acesso à informação científica. Nesse sentido, assim como a normalização contribui para a padronização e recuperação da informação, a incorporação de princípios de acessibilidade pode ampliar as condições de participação dos diferentes sujeitos nos processos de produção e apropriação do conhecimento científico.

Sob a perspectiva do regime de informação, a promoção da acessibilidade na comunicação científica envolve mais do que a adoção isolada de recursos ou tecnologias assistivas, pois pressupõe mudanças nas práticas, normas, políticas e ações dos diferentes atores envolvidos na produção e circulação do conhecimento (Santos, 2024). Nesse regime, as bibliotecas universitárias ocupam uma posição estratégica por participarem de diferentes etapas desse processo, seja na organização, representação, preservação e disseminação da informação, seja na gestão de repositórios e na orientação à comunidade acadêmica. Sua atuação pode contribuir para articular os instrumentos de normalização às diretrizes de acessibilidade e para incorporar práticas inclusivas aos fluxos da comunicação científica (Santos, 2024). Nessa perspectiva, promover a acessibilidade implica também transformar o regime de informação, de modo que as condições de acesso e participação das pessoas com deficiência sejam consideradas desde a produção até a apropriação do conhecimento científico.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão apresentada ao longo deste trabalho permitiu compreender que a acessibilidade deve ocupar posição central nos debates sobre comunicação científica, especialmente em um contexto de ampliação do acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior e à produção do conhecimento. Embora avanços legais e institucionais tenham contribuído para o fortalecimento das políticas de inclusão, ainda persistem barreiras comunicacionais, informacionais e tecnológicas que limitam o acesso pleno à informação científica.

As barreiras de acessibilidade identificadas nesta pesquisa evidenciam que as assimetrias informacionais decorrem da ausência de acesso às tecnologias e, principalmente, das formas pelas quais a informação científica é produzida, organizada e disseminada.

Ao responder à questão de pesquisa proposta, conclui-se que as bibliotecas universitárias possuem potencial para atuar como agentes estratégicos na promoção da acessibilidade da comunicação científica. Sua atuação pode ocorrer por meio da formulação de políticas institucionais inclusivas, da incorporação de critérios de acessibilidade em repositórios institucionais, da revisão de práticas de catalogação, indexação e desenvolvimento de coleções, bem como da capacitação de pesquisadores e produtores de informação para a elaboração de documentos científicos acessíveis.

As reflexões apresentadas evidenciam a necessidade de maior articulação entre normalização documental, comunicação científica e princípios de acessibilidade e desenho universal, respeitando os diferentes objetos e finalidades dos instrumentos normativos. A democratização do conhecimento não depende somente da disponibilização da informação, mas também da garantia de condições para que ela possa ser efetivamente acessada, compreendida e utilizada pelos diferentes sujeitos.

Sob a perspectiva do regime de informação, observa-se que a acessibilidade ainda ocupa uma posição periférica nas estruturas que organizam a produção e a circulação do conhecimento científico. Nesse sentido, as bibliotecas universitárias podem desempenhar papel fundamental na transformação desse cenário, atuando como mediadoras da informação e também como promotoras de práticas mais inclusivas, equitativas e socialmente comprometidas.

Vale ressaltar que esta pesquisa possui como limitação o fato de estar fundamentada em análise documental e revisão bibliográfica, não contemplando a percepção de usuários com deficiência nem a análise de periódicos científicos específicos. Estudos futuros poderão investigar a aplicação prática dos princípios de acessibilidade em revistas científicas, repositórios institucionais e ambientes de comunicação científica digital.

Por fim, advoga-se que a acessibilidade não seja compreendida como um recurso complementar ou uma adaptação posterior à produção científica, mas como um princípio estruturante da comunicação científica contemporânea. Afinal, se a ciência aberta busca democratizar o acesso ao conhecimento, a acessibilidade constitui condição indispensável para que esse objetivo seja efetivamente alcançado.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022 2018**: Informação e documentação -Artigo em publicação periódica técnica e/ou científica -Apresentação. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS **NBR 9050 2021**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 4.ed. Versão corrigida. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: Informação e documentação: trabalhos acadêmicos; apresentação. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 17225**: Acessibilidade em conteúdo e aplicações web – Requisitos. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: Informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Participe da elaboração de normas**. Rio de Janeiro: ABNT, 2026. Disponível em: https://abnt.org.br/normalizacao/elaborar-normas/. Acesso em: 1 set. 2026.

ALCÂNTARA, Francisca Lunara Cunha; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. O papel da biblioteca universitária como mediadora no processo de ensino-aprendizagem nas bibliotecas universitárias na cidade de Juazeiro do Norte-CE. *In*: ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO –EREBD N/NE, 15., 2012, Juazeiro do Norte, CE. **Anais** [...]. Juazeiro do Norte, CE: UFCA, 2012. p. 1-10. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/download/86777. Acesso em: 7 jun. 2026.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2-11, 07 jul. 2015. Disponível em: https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=07/07/2015&jornal=1&pagina=2&totalArquivos=72. Acesso em: 8 jun. 2026.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Unesp, 2001.

CUNHA, Murilo Bastos da. Cooperação bibliotecária: a palavra-chave nos tempos atuais. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, [*s. l.*], v. 11, n. 2, p. 364-366, maio 2018. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/10932/9598. Acesso em: 8 jun. 2026.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. [5 reimp.] São Paulo: Atlas, 2017.

GOERGEN, Pedro Laudinor. A instituição universidade e sua responsabilidade social: anotações críticas. **Quaestio** - Revista de Estudos em Educação, Sorocaba, SP, v. 4, n.1, maio, p. 9-25, 2002. Disponível em: https://periodicos.uniso.br/quaestio/article/view/1393. Acesso em: 9 jun. 2026.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. A universidade e a "sociedade da informação". **Revista Digital Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 225-242, jul./dez. 2011. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/download/114372. Acesso em: 8 jun. 2026.

INEP. **Censo da educação superior 2024**: divulgação dos resultados. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educaca

o_superior/resumo_tecnico_do_censo_da_educacao_superior_2024.pdf. Acesso em: 8 jul. 2026.

SANTOS, Ana Paula Lima dos. Avaliação da acessibilidade em bibliotecas universitárias: estudo de caso na Universidade Federal Fluminense. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 23., 2025, São Paulo. Ciência Aberta: realidade (im)possível? **Anais** [...]. São Paulo: FEBAB, 2025. Disponível em: https://portal.febab.org.br/snbu2025/article/view/3653. Acesso em: 24 out. 2026.

SANTOS, Ana Paula Lima dos. Inclusão, acessibilidade comunicacional e informacional às pessoas com deficiência em bibliotecas universitárias: discussão à luz do conceito de regime de informação. 2024. 386 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2024. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/920441?mode=full. Acesso em: 24 out. 2026.

SILVA, Camila Mariana Aparecida da; ROCHA, Janicy Aparecida Pereira; TOLENTINO, Vinícius de Souza. Repositório TASSIA: uma fonte de informação especializada em Tecnologia Assistiva. **BIBLOS**, Rio Grande, v. 39, p. 109-124, 2025. Disponível em: https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/20161/12401. Acesso em: 13 set. 2026.

SILVA, Gilvanedja Ferreira Mendes da. Por uma biblioteconomia progressista: menos técnicos, mais agentes de transformação social. *In*: SPUDEIT, Daniela *et al*. (org.). **Formação e atuação política na Biblioteconomia**. São Paulo: ABECIN, 2018. p. 209-224. Disponível em: https://portal.abecin.org.br/editora/article/view/213/188. Acesso em: 8 jun. 2026.